[Recensão a] João Marques — José da Silva Tavares e a actividade contra-revolucionária no período do liberalismo

Autor(es): Rodrigues, Manuel Augusto

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43984>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_1_16; DOI:0870-0958

Accessed : 26-Apr-2023 16:05:42

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

*REVISTA DE HISTÓRIA
DAS IDEIAS*

VOL. I

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1977

e desligados entre si. Além disso, para obra de síntese, parece prejudicada pela limitação cronológica. Tendo a Contra-Revolução tomado em França um sentido decisivo, quanto aos factos e à influência ideológica, só depois de 1814, a obra parece assim constantemente suscitar a ideia de necessidade de continuação. É, porém, um trabalho que marca presença, para além do mais, pela isenção e objectividade da sua investigação e que só por isso teria interesse em ser conhecida em Portugal onde, igualmente, tal como em França, a Contra-Revolução tem quase sido apenas objecto de estudos tendenciosos geralmente de limitado valor. Pode não ser, como diz o próprio Godechot, uma obra definitiva, mas é, sem dúvida, uma obra muito válida, que poderá vir a suscitar novos estudos científicos sobre o tema, que, apesar das transformações da história, continua a ser de grande actualidade.

LÚIS REIS TORGAL

JOÃO MARQUES — José da Silva Tavares e a actividade contra-revolucionária no período do liberalismo, Póvoa de Varzim, 1975. Separata do trabalho **Para um estudo da vida e obra de Fr. José da Sacra Família**, in «Boletim Cultural Póvoa de Varzim», vols. XII, (1973), pp. 281-322; XIII, (1974), pp. 201-305; XIII (1975), pp. 93-198.

Com a presente publicação, tirou do pó do esquecimento o Dr. João Marques, licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a figura de José da Silva Tavares que, depois de professor, passou a chamar-se Fr. José da Sacra Família. O A. divide o trabalho em duas partes: a primeira sobre o homem e a segunda sobre a obra. Em apêndice, apresenta dois textos de Silva Tavares: a sua dissertação de doutoramento e o sermão que pregou na Capela da Universidade de Coimbra em 1824.

Na parte biográfica, desenvolve os seguintes capítulos: cidadão poveiro e frade agostinho, universitário e pedagogo, exílio em França, exílio na Inglaterra, estadia na Alemanha junto de D. Miguel, regresso a Inglaterra e pároco em Brentwood, doença e morte. Nascido em S. Miguel de Urgival (Barcelos), em 14 de Fevereiro de 1788, Silva Tavares professou na Ordem de Santo Agostinho (Grilos) em Lisboa, em 25 de Junho de 1805. Matriculou-se depois na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, tendo obtido o doutoramento em 1814.

O Dr. João Marques dá-nos os elementos necessários e indispensáveis para compreendermos melhor a vida da Faculdade de Teologia naquele período. Após a reforma pombalina, havia nela as cadeiras de História Eclesiástica, Teologia Dogmática (3), Teologia Moral, Teologia Litúrgica, Sagrada Escritura (2) e Instituições Canónicas.

Precisamente no ano em que iniciou os seus estudos teológicos (1807), o conselho da Faculdade determinou que deviam ser seguidos como livros de texto os seguintes: a Gramática Hebraica de Dan. Christ. Ries, célebre hebraísta alemão do séc. XVIII; o Dicionário Hebraico de Cocceus, intitulado *Lexicon et commentarius sermonis hebraici et chaldaici Veteris Testamenti hebraice* (Amsterdão, 1669); a Bíblia Hebraica de Reineccius, professor notável de línguas orientais em Leipzig, que escreveu, entre outros, *Janua hebraicae linguae Veteris Testamenti una cum Lexico hebraeo-chaldaico* (Leipzig, 1704), onde fornece a versão e análise das palavras hebraicas segundo a ordem por que aparecem na Bíblia e que serviu de manual de aprendizagem do idioma hebraico a muitas gerações de estudantes, e o *Lexicon hebraeo-chaldaicum* (ibid., 1731); a História Eclesiástica de M. Dannenmayer (1744-1805), célebre historiador, que foi professor em Friburgo e em Viena e escreveu *Introductio in historiam ecclesiasticam christianam universam* (Friburgo, 1788) e *Institutiones historiae ecclesiasticae Novi Testamenti* (Estrasburgo-Friburgo-Viena, 2 vols., 1783-1788); as Instituições Teológicas de M. Gerbert (1720-1793), O.S.B., que realizou uma obra notável de reforma dos estudos teológicos, tendo escrito *Principia Theologica* (8 vols., Augsburg-Friburgo-St. Blasien, 1757-1759), obra que também foi editada em Portugal; o *Testamento Novo* de Leusden (1625-1699), famoso orientalista que editou juntamente com J. Athias o texto hebraico do Antigo Testamento (Amsterdão, 1661); e as *Instituições de Direito Eclesiástico* de Gmeiner.

Se aqui aludimos em pormenor a este assunto, é apenas para realçar o facto de se terem adoptado na Faculdade de Teologia obras de reconhecido valor, o que não pode deixar de se registar. Mas ao mesmo tempo para salientar que, em Coimbra, apesar das recomendações feitas, não se escreveram nas primeiras décadas após a reforma pombalina senão alguns livros de texto: o *Conspectus hermeneuticae sacrae Novi Testamenti* (Coimbra, 1808) por Fr. Joaquim de Santa Clara, que ali leccionou as cadeiras de Hebraico e de Exegese do Novo Testamento; e o *Resumo da História da Igreja do Antigo Testamento* (Coimbra, 1822), pelo Dr. Francisco Alexandre Lobo, o que denota sintomas de grande decadência.

Entre os lentes, proprietários ou substitutos, destacaram-se, além dos já referidos Fr. Joaquim de Santa Clara e Alexandre Lobo, Fr. José de Aquino, Fr. Domingos de Carvalho, Fr. António José da Rocha, Fr. Francisco de S. Luís, Fr. Fortunato de S. Boaventura, etc.

A passagem de Silva Tavares por Coimbra decorreu num período extremamente agitado. Escreve o A.: «Decorreu a permanência do frade poveiro no meio académico em período da história portuguesa particularmente agitado por acontecimentos dramáticos, que criaram as conjunturas decisivas a proporcionar uma mudança das estruturas políticas e sócio-económicas do país: invasões francesas e embarque da família real para o Brasil; intensa difusão da ideologia revolucionária através do activismo maçónico e implantação do constitucionalismo; independência da nação brasileira e restauração absolutista; regresso de D. Miguel e confrontação sangrenta entre legitimistas e liberais» (p. 12).

O A., que fez um acurado trabalho de pesquisa nos registos universitários existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra, dá-nos a sequência dos estudos e das provas feitas por Silva Tavares enquanto aluno da Faculdade de Teologia e depois da de Filosofia, cujo curso não chegou a concluir. Naquele Arquivo existe uma série de *Livros de Ponto* das diversas Faculdades, que vão desde a reforma

pombalina em diante, por onde ficamos a saber quais os temas das matérias desenvolvidas pelos alunos nas suas provas curriculares. Pensamos em trabalho futuro estudar em pormenor aquele fundo no que toca à Faculdade de Teologia. Tivemos conhecimento da sua existência graças a uma gentileza da Sr.^a D.^a Dr.^a Lígia Patoilo Brandão, dedicadíssimo primeiro conservador do Arquivo da Universidade de Coimbra, que mais uma vez com a sua generosa dedicação e vontade de ser prestável nos abriu o caminho para um sector de investigação de relevante importância. Aqui lhe deixamos a expressão do nosso profundo reconhecimento (1).

O doutoramento em Teologia teve lugar a 26 de Julho de 1814, sendo-lhe as insígnias doutorais impostas pelo padrinho, Fr. Joaquim de Santa Clara, que dirigiu também a sua dissertação e que por ele nutriu grande apreço, «mesmo que não comunhasse inteiramente no empenhamento político em que o agostinho poveiro parecia querer mergulhar». Com efeito, Sacra Família veio a desempenhar em Coimbra uma actuação política muito marcante como defensor das ideias absolutistas. Num tempo em que a política avassalava espíritos e energias, em que se registavam frequentemente confrontações e perseguições partidaristas, em que a crise sócio-económica cada vez se complicava mais com a proclamação da independência do Brasil, em que os acontecimentos ocorridos durante o vintismo criavam um clima de descontentamento e desorientação, em que o activismo maçónico marcava profundamente as inteligências —, não admira que Sacra Família entrasse na luta com os meios de que podia dispor. Mas, como escreve o Dr. João Marques, era «uma desesperada arremetida contra os ventos da história que prenunciam a alteração das estruturas tradicionais do país». E a seguir: «Unidos a uma nobreza que era sustentáculo também do absolutismo monárquico — guardião da ordem estabelecida —, a hierarquia católica e o clero, mormente o fradesco, cientes da poderosa influência que exerciam sobre o povo crente, recorrerão, muitas vezes sem comedimento, aos meios pastorais de que dispunham para erguer uma forte corrente contra-revolucionária» (p. 29).

(1) No que toca a Sacra Família aí encontrámos vários elementos que passamos a apresentar, em resumo: para 1807-1808, há referência ao ponto de História Eclesiástica que lhe coube em sorte, tirado da obra de Dannenmayer, e que defendeu em 1 de Junho de 1808; para 1809-1810, faz-se menção dos temas de Teologia Mística e de Direito Canónico, com base, respectivamente, nos livros de Gerbert e de Gmeiner, e que desenvolveu em 14 de Junho de 1810; para 1811-1812, indicam-se os temas da 1.^a e 2.^a cadeira prática, extraídos de Gerbert, que foram propostos a Sacra Família em 2 de Junho de 1810; para 1812-1813, um tema neotestamentário («De samaritanis ad Christum conversis», Jo. 4, 1-22) e da 2.^a cadeira prática, de novo tirado de Gerbert, e que Sacra Família desenvolveu em 5 de Junho de 1813; para 1813-1814, os do Novo Testamento («Ev. sec. Marcum, 1, 9-11») e do Velho Testamento («Esodus 30, 1-10»), defendidos em 19 de Julho de 1814. Quase sempre aparecem as assinaturas dos arguentes. — No que diz respeito à Filosofia, apenas encontrámos uma referência com data de 8 de Junho de 1819, em que se diz que Silva Tavares era aluno ordinário e que prestou provas de Física.

A intervenção mais relevante de Silva Tavares foi, indiscutivelmente, o sermão pregado na Capela da Universidade, em 25 de Fevereiro de 1824, onde manifestou, à saciedade, as suas tendências absolutistas, após o êxito da Vilafrancada.

Leccionou depois no Colégio das Artes várias cadeiras. Mas, com a queda do poder absolutista (1834), foi para França, tendo residido e exercido o magistério em Paris, Fontenay-aux-Roses e Menars du Chateau. Encerrado o colégio de Fontenay (1843), retomou a sua peregrinação de expatriado, trocando a França pela Inglaterra, por razões que, de momento, ignoramos. Na Inglaterra viveu e trabalhou em Londres, Witham, Brentwood e Stratford. Quando D. Miguel viveu na Alemanha, Silva Tavares foi seu secretário, mas depois regressou a Inglaterra, onde faleceu a 14 de Setembro de 1858.

Sobre a passagem de Fr. José da Sacra Família pela França, Inglaterra e Alemanha, fornece o A. abundante documentação, sendo de salientar a correspondência travada com António Ribeiro Saraiva, e traça com grande rigor o enquadramento sócio-político e cultural da Europa de então.

A obra literária de Sacra Família «nem é vasta nem significativa, se a compararmos com a sua fecunda operosidade no campo pedagógico, político e religioso», escreve o Dr. João Marques. Dos originais publicados, conhecem-se o *Sermão em acção de graças (...), em agradecimento da restauração da monarchia* (Coimbra, 1824), as *Lições Elementares de Geographia e Chronologia* (ibid., 1830) e a reedição portuguesa da obra de Bezout, *Elementos de Aritmética* (Paris, 1847).

Como trabalhos manuscritos, para além da valiosa correspondência política que o A. irá publicar, há a dissertação de doutoramento em Teologia, a qual se intitula *De mirabili Jesu Christi conceptione de Spiritu Sancto. Ex Matthaeo I, 18-25. Coll. Isai. VII, 14*, incluído no cod. 736, dos reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Compreende-se a escolha deste tema para matéria de dissertação, se tivermos em conta a controvérsia que então se levantava acerca da divindade de Cristo e que era suscitada pelo deísmo inglês, pelo filosofismo francês e pelo iluminismo (*Aufklärung*). O A. faz uma análise sintética da dissertação, concluindo que a metodologia seguida foi a preceituada pelo compêndio de Fr. Joaquim de Santa Clara, então titular da cátedra de Sagrada Escritura do Novo Testamento e director da sua tese de doutoramento. Como escreve, ela é «doutrinariamente fiel à mais estrita interpretação tradicionalista que do tema nos dá a exegese católica».

O outro trabalho literário de Sacra Família é o sermão de 25 de Fevereiro de 1824, por ocasião das solenidades comemorativas da restauração do absolutismo monárquico, ocorrida em Junho do ano anterior. Silva Tavares, tomando como ponto de partida o passo do Eclesiástico: «Danti mihi Sapientiam dabo gloriam», desenvolve como parâmetros em que assenta todo o articulado do discurso a exaltação de um elitismo social, o providencialismo histórico e o tradicionalismo político-pedagógico até à condenação radical do progressismo revolucionário, o racionalismo científico e o liberalismo constitucional.

Em apêndice, o A. apresenta o texto da dissertação de doutoramento de Sacra Família, com uma tradução para português, transcrevendo em caracteres latinos as citações hebraicas contidas no original; na revisão do texto grego passaram algumas gralhas. Apresenta também o texto do sermão proferido na Capela da Universidade em 1824. Um índice analítico e outro das gravuras incluídas ao longo da obra valo-

rizam enormemente este estudo. O mesmo se diga das copiosíssimas notas nele insertas, nas quais o A. esclarece certos passos e identifica os nomes de autores ou obras referidas no corpo do texto.

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

ANTONIO GARCÍA Y GARCÍA — **Estudios sobre la canonística portuguesa medieval.** Fundación Universitaria Española, Madrid, 1976, 295 pp.

O factor jurídico-canónico desempenhou um importante papel na sociedade civil e na Igreja durante a Baixa Idade Média. Tratava-se de um direito comum a toda a cristandade medieval. Este livro representa o contributo dado por um país determinado a uma tarefa de índole universal.

Esta obra contém a primeira investigação sistemática sobre a canonística portuguesa medieval, facto que merece ser devidamente assinalado. Na 2.^a parte são apresentados quatro estudos monográficos independentes sobre o mesmo tema. Como se lê na apresentação da obra, «la aportación lusitana es más brillante de cuanto pudiera imaginarse en un país situado en los confines del mundo de entonces».

O seu autor publicara já anteriormente em diversas revistas especializadas alguns dos estudos agora apresentados, os quais foram devidamente actualizados, ao lado de outros inteiramente novos.

O Prof. García y García, catedrático de História do Direito na Pontifícia Universidade de Salamanca desde 1959, tem dedicado as suas investigações à história do direito medieval canónico, romano e espanhol. As suas lições aparecem substancialmente recolhidas na sua obra *Historia del Derecho Canonico* (Salamanca, 1967). As suas investigações deram lugar a vários livros e quase a uma centena de estudos e notas em diversas publicações nacionais e estrangeiras.

Vejamos agora o plano geral da obra e alguns dos aspectos mais relevantes. No «prólogo» fornece uma ideia global sobre o direito canónico medieval, escrevendo a propósito: «El derecho canónico medieval fue realmente un ordenamiento europeo, no circunscrito a nacionalidad alguna ... Este ordenamiento tuvo una proyección e influjo real en la vida de cada reino de la vieja Europa. Su influencia se extendió no sólo a la esfera espiritual, en virtud de la universalidad de la Iglesia, sino también en el gobierno temporal, debido a la vigencia que en tal nivel se le otorgaba».

A 1.^a parte, intitulada «Los canonistas lusitanos en el mundo de la canonística medieval», abrange três capítulos. No 1.^o trata dos estudos jurídicos na Universidade medieval. Aí fornece uma síntese admiravelmente elaborada sobre a organização da Universidade na Idade Média, sobre o seu professorado e sobre os estudos e os estudantes.